

A banalização da vida, suas conseqüências e seus condicionantes

Celma Borges Gomes*

Resumo

Este artigo se divide em uma introdução e três partes. A primeira parte analisa os dados sobre a violência como problema de saúde pública a partir de três perspectivas: as mortes por causas violentas, a violência praticada contra crianças e adolescentes e a por eles próprios cometida. A segunda parte discute os condicionantes da violência, abordando as transformações da sociedade brasileira, com ênfase na precarização das condições socioeconômicas da população, no aumento das desigualdades, no crescimento demográfico nos centros urbanos e no aumento da tensão social. Refere-se às mudanças na estrutura e dinâmica da família, à desestruturação das escolas, às influências dos meios de comunicação de massas e da Internet na formação de novos valores, atitudes e hábitos no cotidiano de grandes contingentes humanos, à questão do aumento da criminalidade, do tráfico e do uso de drogas associados à questão da justiça. A terceira associa estes condicionantes às próprias vivências das pessoas num cotidiano de crescente banalização da vida, apresentando conclusões e sugestões.

Palavras-chave: Violência - Formas e práticas. Violência - Condicionantes.

INTRODUÇÃO

A violência tornou-se, nos últimos anos, tema dos mais debatidos na sociedade brasileira em função de seu agravamento em termos quantitativos e qualitativos. Transpassando todas as classes e vários contextos sociais, seus registros ocorrem de forma alarmante na Bahia, ainda que sejam subnotificados nas estatísticas oficiais e não sejam veiculados pela mídia em toda a sua dimensão e com a ênfase necessária.

De fato, constata-se que a violência não se verifica mais em poucos cenários da sociedade, não está restrita aos espaços mais populares e periféricos dos meios urbanos e manifesta-se a partir de simples conflitos, chega à prática de homicídios solitários, em pares ou em grupo, com uso de armas de fogo, armas brancas ou até pedaços de pau e pedras, barras de ferro, ou uso

das próprias mãos. Suas variações vão desde os crimes planejados e organizados aos induzidos e, até, aos de caráter impulsivo, praticados a partir das mais diversas formas de condicionantes.

De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002, p.1291), “por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou, também, contra si mesmo). Para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária”, intencional e que tenha por finalidade destruir, ofender e coagir. Pratica a violência quem tortura, agride verbal ou fisicamente outra pessoa, quem imobiliza ou manipula o corpo do outro, quem impede a ação voluntária de uma pessoa, quem mata.

* Professora Doutora Adjunto de Psicologia Aplicada à Educação de Movimentos Sociais e Educação e de Educação e Intervenção Sócio-Educacional para a Cidadania. Departamento de Educação I. Faculdade de Educação. UFBA. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Av. Reitor Miguel Calmon s/n Vale do Canela 40.110-100 Salvador Bahia Brasil
E-mail: celmaborges@svn.com.br

Os mesmos autores afirmam que:

[...] a violência pode ser direta ou indireta. É direta quando atinge de maneira imediata o corpo de quem a sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra (por exemplo o fechamento de todas as saídas de um determinado espaço) ou através da destruição, da danificação ou da subtração de recursos materiais. Em ambos os casos o resultado é o mesmo: uma modificação prejudicial ao estado físico do indivíduo ou do grupo que é alvo da ação violenta (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2002, p.1291).

Do ponto de vista descritivo, pode ser considerada como sinônimo de poder, enquanto alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos, ou modificação das possibilidades ambientais e instrumentais de uma pessoa ou grupo. O poder é a força exercida sobre o outro que resulta na intervenção que age sobre sua vontade. A violência é a intervenção sobre o corpo, que o imobiliza ou prende, impedindo quem a sofre de realizar uma ação socialmente relevante, ou alterando seu estado físico para que tal ação não se realize. A violência é também coerção e manipulação, baseando-se, nestes casos, em sanções e punições físicas e psicológicas, o que possibilita a distinção entre violência e ameaça de violência (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2002, p.1292).

A violência pura, como assinala Hannah Arendt em *A condição humana* (ARENDDT, 2002, p.35, 40), jamais pode ter qualquer grandeza, pois não é através da força ou da violência que as pessoas devem conviver nos níveis políticos e sociais das sociedades civilizadas.

Assim sendo, a violência é uma forma de ação anti-social e pré-política decorrente de vivências, da necessidade de sobrevivência, de insatisfações e frustrações intransponíveis em determinadas condições humanas de vida. Quando na ausência da possibilidade de aceitação ou transformação da realidade, ela resulta na única forma de ação para vencê-las. Enfim, pode-se dizer que a violência se define como desrespeito aos direitos humanos, agressão psicológica e à integridade física do outro ou do ambiente, quando o agressor não aceita seus próprios limites ou os limites condicionantes

de sua vida e de sua liberdade, no limiar ou na transgressão da normalidade de suas vivências.

Nesse contexto, alguns fatores e suas conseqüências para a vida individual e coletiva contribuem para a violência, sendo que dentre eles podem ser identificados: o crescimento demográfico; o agravamento das desigualdades sociais, do desemprego e do subemprego e seus reflexos sobre as condições de vida; as dificuldades de acesso aos serviços públicos essenciais à manutenção ou elevação da qualidade de vida e bem-estar do cidadão, inclusive o decréscimo das oportunidades educacionais, a falência do ensino, notadamente do público.

Além desses fatores, identificam-se ainda os decorrentes das mudanças na estrutura e dinâmica das famílias, das formas de informação e formação dos jovens, da influência da mídia, do consumo de drogas lícitas (principalmente do álcool) e ilícitas e do tráfico de drogas, do crime organizado e, por conseqüência, das transformações de valores, atitudes e vida social, que contribuem para a banalização da vida. Parece evidente, portanto, que existe uma conjunção de fatores psicológicos e não-psicológicos a interferir nos comportamentos de violência, o que aponta para a necessidade de uma abordagem também psicossocial da temática.

Mas, o crescimento dos índices de violência, principalmente no meio urbano, de um lado, faz com que este fenômeno venha hoje a se constituir não só em grave problema social, como também em problemas de segurança e de saúde pública, em função de seu impacto na saúde e bem-estar das populações. Neste último caso, pelo alto custo dos atendimentos de emergência e urgência além dos referentes aos tratamentos dos pacientes vítimas de violência através do Sistema Único de Saúde, que hoje se apresenta deficitário e carente de maiores investimentos.

O estudo da violência pode ser enfocado quer como problema de segurança, quer como de saúde pública e a partir de abordagens socioeconômicas, antropológicas, psicológicas, educacionais. Nos últimos anos, várias são as formas de sua análise referenciadas em diferentes perspectivas teórico-metodológicas .

Este artigo, em sua primeira parte, considerando as evidências estatísticas de diferentes fontes de dados, analisa a violência, na Bahia e na cidade do Salvador, como problema de saúde pública a partir de três perspectivas: a das mortes por causas violentas, a da violência praticada contra crianças e adolescentes e a por eles próprios cometida.

Na segunda parte, discute os condicionantes socioeconômicos e educacionais da violência. Na terceira, associa estes condicionantes às próprias vivências das pessoas num cotidiano de crescente banalização da vida, apresentando sugestões que apontam, por isso mesmo, para a necessidade de adoção de medidas de caráter preventivo, mais amplas do que a simples coerção à violência ou simples campanhas de mobilização pela paz.

OS DADOS DA VIOLÊNCIA

Não sendo um fenômeno recente, nem localizado, a representação da violência no imaginário dos brasileiros refere-se, nos últimos anos, à ameaça à integridade física, mais especificamente aos espancamentos, assaltos, assassinatos e seqüestros que ocorrem de forma cada vez mais forte, ampla e quotidiana nas grandes cidades.

Produzindo vítimas fatais e seqüelas físicas e psicológicas, a violência gera inseguranças e medos sociais para um contingente cada vez mais expressivo da população independentemente de sua condição socioeconômica, do gênero e da faixa etária, do nível de instrução, raça ou cor da pele, pelo aumento das mortes por causas externas e dos anos de vida perdidos, por vezes muito precocemente.

Neste sentido, a análise das mortes por causas externas é extremamente significativa para o estudo da violência, porque aponta para indicadores específicos dos conflitos e formas de agressão vividos no Estado da Bahia, que abrangem desde os acidentes de transporte, quedas, afogamentos e submersões acidentais, exposição à fumaça, ao fogo e às chamas, envenenamentos, intoxicações ou exposição a substâncias nocivas, lesões autoprovocadas voluntariamente, agressões (homicídios), eventos ou fatos cuja intenção é indeterminada, além de outras causas externas de pouca significação estatística ou não classificada, conforme demonstra a Figura 1 a seguir:

Dentre as estatísticas dos óbitos por causas externas, destaca-se, no período 1999/2001, o crescimento das incidências, em todo o Estado da Bahia, dos acidentes de trânsito e das

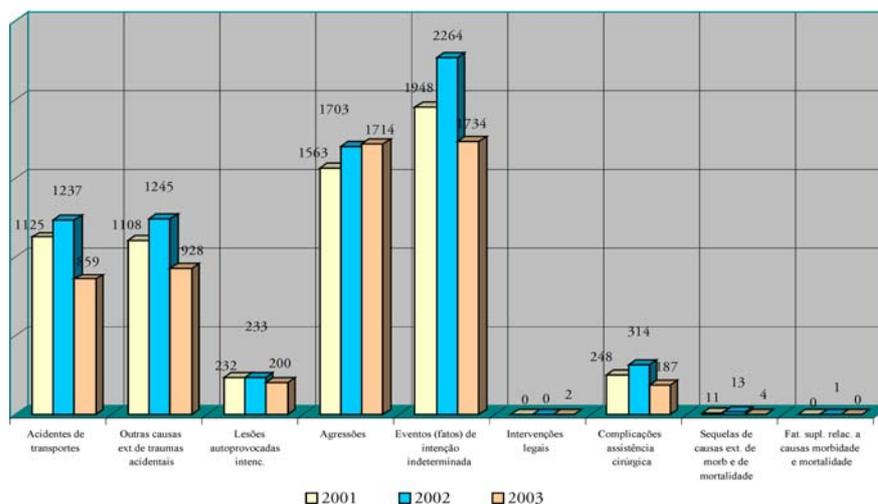


Figura 1 - Óbitos por causas externas no Estado da Bahia, segundo grandes categorias de circunstância da morte entre 2001 e 2003

Fonte: SESAB/DICS/SIM

Nota: Dados elaborados com informações processadas até 19/04/2004.

agressões (homicídios). De fato, tanto as auto-como heteroagressões levando a óbito têm altos percentuais em relação às demais causas externas. Comparando-se, no entanto, os acidentes de trânsito e os homicídios, observa-se que os primeiros são em maior número entre 1999/2000, mas são superados pelas agressões (homicídios) nos últimos anos da série histórica, conforme demonstra a Figura 2, colocando, portanto, em primeiro plano nas preocupações da saúde pública a questão da violência.

De fato, no caso específico de mortes por agressões/homicídios, observa-se, no período estudado, que o seu número de casos ultrapassa o dobro do registrado em 1999, evidenciando o crescimento da violência física, sem contar as ocorrências que não levam a óbito, mas criam seqüelas físicas e psicológicas severas.

A Tabela 1 retrata a violência sob as mais diversas formas de agressão em todo o Estado da Bahia, também para o período de 2001 a 2003. Elevados são os percentuais para óbitos por agressões com arma de fogo, indicando a facilidade de acesso e uso das mesmas. E coloca em relevo o aumento progressivo dessa forma de agressão, que, se em 2001 é de 69,2% dos

casos de mortes por agressões, em 2002 se mantém quase no mesmo patamar (69,3%), para em 2003 alcançar o percentual de 74,7% dessa mesma forma de óbito.

A este tipo de agressão seguem-se as consumadas por objetos cortantes ou penetrantes

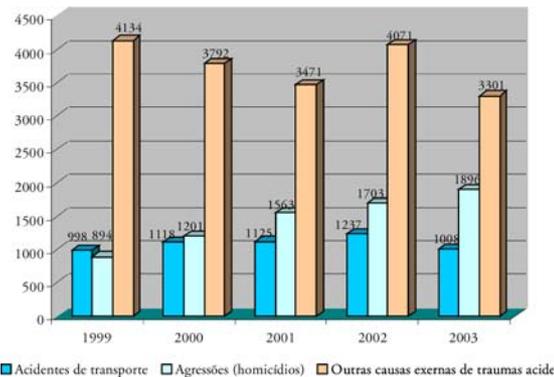


Figura 2 - Óbitos por acidentes de transporte, agressões e total de outras causas externas, em residentes do Estado da Bahia, Série histórica 1999/2003

Fonte: SESAB/DICS/SIM

Nota: Dados elaborados com informações computadas até 02.12.2002 para 1999 e 2000, e até 19/04/2004 para o período 2001/2003.

Tabela 1 - Óbitos por agressões segundo a circunstância da agressão Estado da Bahia - 2001/2003

Discriminação das formas de agressão	2001		2002		2003	
	N.	%	N.	%	N.	%
Agressão por meio de drogas medicinais e substâncias biológicas	2	0,1	3	0,1	1	0,1
Agressão por pesticidas	0	0,0	2	0,1	0	0,0
Agressão por meio de gases e vapores	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Agressão por produtos químicos e substâncias nocivas não especificadas	0	0,0	1	0,1	1	0,1
Agressão por enforcamento, estrangulamento e sufocação	18	1,2	12	0,7	21	1,2
Agressão por meio de afogamento e submersão	3	0,2	1	0,1	3	0,1
Agressão por meio de disparo de arma de fogo	1.082	69,2	1.180	69,3	1.282	74,7
Agressão por meio de fumaça, fogo e chamas	2	0,1	3	0,1	2	0,1
Agressão por meio de objeto cortante ou penetrante	231	14,8	247	14,5	215	12,5
Agressão por meio de objeto contundente	71	4,5	75	4,4	59	3,4
Agressão por projeção/colocação de vítima diante de objetos em movimento	0	0,0	0	0,0	1	0,1
Agressão por meio de impacto de veículo a motor	2	0,1	1	0,1	0	0,0
Agressão por meio de força corporal	16	1,0	13	0,8	10	0,6
Agressão sexual por meio de força física	2	0,1	1	0,1	1	0,1
Outras síndromes de maus tratos	2	0,1	1	0,1	5	0,3
Agressão por outros meios especificados	10	0,6	4	0,2	1	0,1
Agressão por meios não especificados	122	7,8	159	9,3	111	6,5
T o t a l	1.563	100	1.703	100,0	1.714	100,0

(armas brancas), as realizadas por meios contundentes, alguns dos quais são de uso doméstico e, em geral, constantes em ambientes da vida cotidiana, formas essas de agressão que têm um ligeiro decréscimo de ocorrência no período observado. E registram-se, ainda que em menores incidências mas de forma significativa, as agressões vinculadas a meios não especificados, a enforcamento, estrangulamento e sufocação, bem como ao uso da força física.

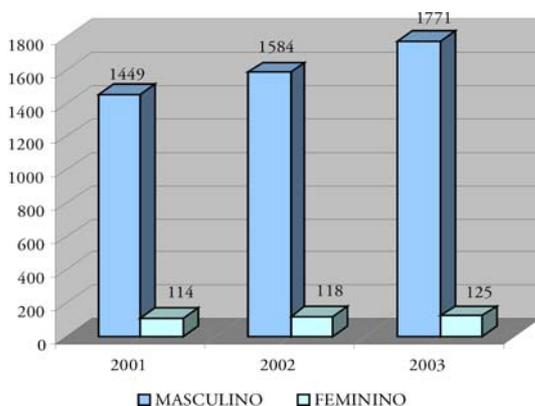


Figura 3 - Óbitos por agressões segundo o sexo, em residentes no Estado da Bahia - 2001/2003

Fonte: SESAB/DICS/SIM
Nota: Dados elaborados com informações processadas até 19/04/2004

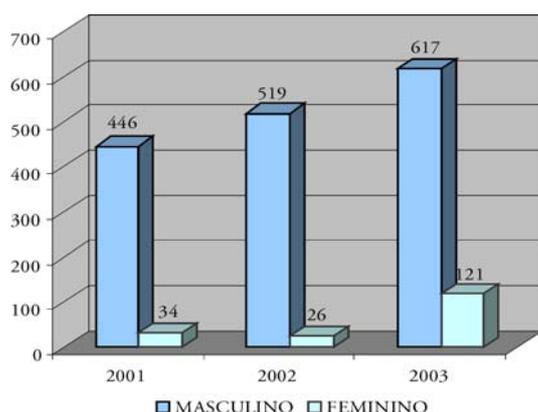


Figura 4 - Óbitos por agressões segundo o sexo, em residentes de Salvador - 2001/2003

Fonte: SESAB/DICS/SIM
Nota: Dados elaborados com informações processadas até 19/04/2004

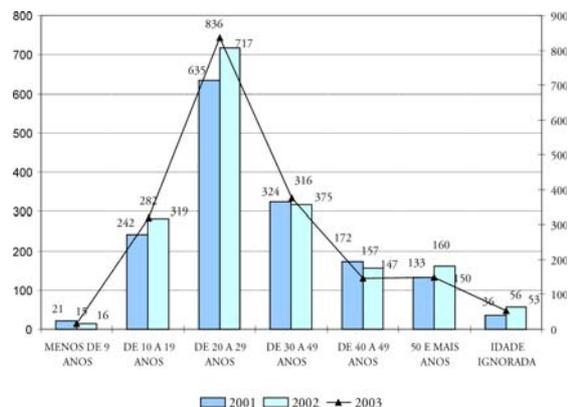


Figura 5 - Óbitos por agressões segundo faixas etárias em residentes do Estado da Bahia - 2001/2003

Fonte: SESAB/DICS/SIM
Nota: Dados elaborados com informações processadas até 19/04/2004

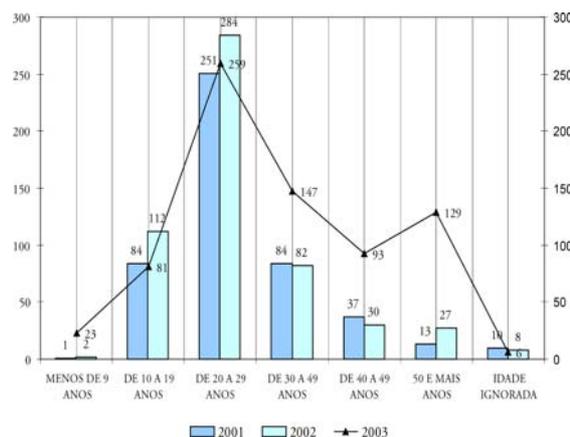


Figura 6 - Óbitos por agressões segundo faixas etárias em residentes do município de Salvador - 2001/2003

Fonte: SESAB/DICS/SIM
Nota: Dados elaborados com informações processadas até 19/04/2004

A mesma tabela também apresenta o surgimento de formas de agressão anteriormente pouco usadas e até não usuais, como agressão por pesticidas, gases e vapores, produtos químicos, e, ainda um elevado índice de registros para meios não especificados, que assim não são classificados quer pela dificuldade de identificação do instrumento de agressão, quer por problemas de registro na notificação das ocorrências.

Em relação ao gênero, pelas Figuras 4 e 5 / 5 e 6, que representam as mortes por agressões e homicídios para os residentes no Estado da Bahia e Município de Salvador, respectivamente, observa-se que para ambos há um crescimento das ocorrências em relação ao sexo masculino, enquanto para o sexo feminino há uma estabilização das ocorrências no período 2001/2003 entre os residentes no Estado e um progressivo aumento de casos no Município de Salvador.

Neste mesmo município, são os homens solteiros as maiores vítimas dos óbitos

(O RASTRO..., 2002, p.18) por agressão, quer pela precocidade de suas mortes, quer pelo fato de morrerem porque são eles os que mais se expõem a toda sorte de riscos nas ruas, no trabalho, nos bares, em outros centros de diversão, em todos os horários, tanto pela ausência de compromissos maiores, como pela busca de novas experiências, ou pela curiosidade e vivacidade tão comuns aos mais jovens, e até mesmo por outras necessidades que vivenciem.

Em relação às faixas etárias entre os residentes de todo o Estado da Bahia, a Figura 5 mostra que as mais extremas são as menos atingidas, enquanto os jovens, notadamente os que têm mais de 15 anos, e os adultos entre 20 e 49 anos são os mais vitimados pelas agressões e homicídios, identificando-se ainda o crescimento nesta faixa etária no ano de 2003, numa curva ascendente no período estudado.

No caso dos residentes em Salvador, a tendência é a mesma, mais agravada, porém, na faixa dos 20 a 29 anos, embora apresente um decréscimo de 2002 para 2003. É digno de nota que, no meio urbano da capital, há uma elevação de casos para as demais faixas etárias no mesmo período, à exceção das faixas extremas, conforme se observa na Figura 6, o que contrasta significativamente com as tendências para os residentes de todo o Estado da Bahia. Mas, em ambas as estatísticas, verifica-se que os mais atingidos são os que estão em plena idade produtiva, mais expostos a diversos fatores de risco.

Além disso, estudos recentes realizados, em Salvador, pelo Observatório da Violência demonstram que as vítimas da violência são, em geral, de

cor parda, seguindo-se, em número menor de ocorrências, os negros e os brancos (O RASTRO..., 2002, p.17, 43). Se, de um lado, isso é explicável pela composição étnica da população soteropolitana, de outro, denota a desigualdade social que restringe as condições de segurança aos mais favorecidos, que, no caso de Salvador, apesar de minoria, são os de cor branca.

O mesmo estudo indica que a escolaridade das vítimas da violência é basicamente de nível fundamental, muito embora, exista o registro de crescimento das mortes por causas violentas de indivíduos com escolaridade superior (O RASTRO..., 2002, p.18).

Em síntese, são os mais afetados pelas mais diversas formas de exclusão social que são as maiores vítimas dos conflitos, das agressões violentas, que levam às mortes mais violentas. Dessa forma, constata-se a afirmativa de Minayo (1994, p.87), que assinala que já desde a década de 80 a violência vem sendo responsável pela perda de pessoas, mortas precocemente, em plena idade produtiva.

De outro lado, considerando-se a importância de as ocorrências das mortes por agressões atingirem cada vez mais os jovens, uma outra forma de estudo da violência pode ser realizada pelas análises dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes.

De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública, em 2003 foram cometidos 3.170 crimes contra crianças e adolescentes. Os bairros de Salvador que têm os índices mais elevados dessas ocorrências, no mesmo ano de 2003, são Brotas, São Caetano, Cosme de Farias e Cajazeiras, respectivamente com 249, 158, 141 e 123 registros. Seguindo-se a eles, em ordem decrescente de ocorrências, tem-se: Centro (92), Federação (87), Fazenda Grande do Retiro (84), Liberdade (84), Sussuarana (79), Pernambuco (78), Boca do Rio (75), Itapuã (72), Paripe (72), Periperi (69), Pirajá (69), Cabula (68), Lobato (67), Tancredo Neves (62), IAPI (61), Plataforma (60), Engenho Velho de Brotas (59), Castelo Branco (51).

Observa-se, portanto, por estes dados, que não se pode mais dizer que a violência ocorre somente nas periferias das grandes cidades, mas que ela se manifesta nas regiões mais densamente

ocupadas, em termos demográficos, de toda a cidade,¹ principalmente nos bairros mais populares, nem todos eles, em Salvador, necessariamente localizados na periferia da cidade.

Por outro lado, a Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente (DERCA) também informa que estes crimes contra crianças e adolescentes são os de ameaças de lesões corporais e maus-tratos, aos quais se seguem com menores incidências as de sedução, de estupro e de atentado violento ao pudor, sendo ainda considerados como crimes contra crianças e adolescentes a calúnia, o constrangimento, a difamação e a injúria.

Estes crimes ocorrem tanto na residência do autor do crime, como na de sua vítima, até mesmo em ruas das proximidades da residência e em outros locais públicos. Em alguns casos, estas agressões também chegam ao que os registros classificam como “vias de fato” e até ao homicídio. Em sua maioria, são praticados pelo próprio pai da vítima, seu padrasto, outros parentes, vizinhos e homens não identificados, sendo, portanto, os homens os seus maiores agressores.²

Deve-se ainda enfatizar que as maiores vítimas desses crimes são os adolescentes maiores de 15 anos, apesar de as estatísticas de 2003 da DERCA demonstrarem que, já a partir dos 7 anos, há um crescimento destes crimes em todas as idades.

É interessante relatar que estes crimes são cometidos notadamente nos horários das 9 às 14 horas e das 17 às 19 horas, portanto, nos horários em que provavelmente estas crianças e jovens estão entrando ou saindo da escola. De acordo com as estatísticas de 2003 da DERCA, os bairros em que há maior incidência destes crimes nas circunvizinhanças das escolas são

Brotas, Cosme de Farias, São Caetano, Liberdade, Federação, Sussuarana e Boca do Rio.

Ressalte-se que nesses bairros populares residem famílias pobres que não podem acompanhar com constância seus em função das necessidades de trabalho dentro e fora do lar filhos, e que a ausência dos pais nos caminhos para a escola favorece a aproximação dos agressores e a consumação desses tipos de crime. E, ainda, que é justamente nesses bairros que a segurança pública investe menos, disponibilizando poucos recursos humanos e materiais para o controle social da violência, tanto nas ruas como nas escolas. E onde estas últimas, por seu turno, não têm meios para garantir a segurança de seus alunos no seu interior, e menos ainda nas circunvizinhanças.

Deve-se registrar que estudos e pesquisas desenvolvidos em Salvador, notadamente pela Universidade Federal da Bahia, vêm evidenciando o aumento crescente da violência nas escolas públicas e particulares, cuja clientela pertence a classes socioeconômicas diversas e reside em diferentes bairros da cidade.³ Assim, o problema da violência é, além de um problema de saúde pública, também, um problema socioeducacional e comunitário.

A terceira perspectiva de análise é a dos crimes e agressões que são cometidos pelas próprias crianças e jovens, que, de acordo com o Juizado da Infância e da Adolescência de Salvador⁴ são chamados de “atos infracionais”. As mais elevadas ocorrências destes atos são as de tentativas de furtos, simples e qualificados, roubos, assaltos, arrombamentos, tentativas de invasão de domicílios e escolas, agressão física com ou sem lesão corporal, atentados violentos ao pudor, desacatos e desordens, estelionato, porte de arma, tentativas de homicídios, porte, uso e tráfico de drogas, danos materiais a patrimônio

¹ Fonte: SSP/BA, Polícia Civil da Bahia, DCCV/DERCA.

² Fonte: SSP/Polícia Civil da Bahia/Departamento de Crimes Contra a Vida-DCCV/Delegacia de Repressão a Crimes contra a Criança e o Adolescente (DERCA), 2003. Dados coletados através de pesquisa documental realizada na DERCA por estagiários e bolsistas PIBIC, do Projeto “Representação Social da Violência entre Estudantes de Salvador”, que se desenvolve sob minha orientação na Faculdade de Educação da UFBA

³ Refiro-me aqui aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos na UFBA, à sua participação em diversos fóruns sociais de combate à violência, em especial sua contribuição ao Observatório da Violência e, por fim, a pesquisa “Representação Social da Violência entre Estudantes de Salvador”, que coordeno na Faculdade de Educação desta mesma Universidade.

público ou privado através de pichação e depreciação.

E em todos os bairros de Salvador há registros dessas ocorrências envolvendo, inclusive, as escolas neles situadas,⁵ notadamente as públicas, estaduais e municipais, que sempre requisitam os restritos serviços comunitários e de vigilância às escolas ou deles se beneficiam, em função de limitações de recursos humanos e materiais disponibilizados para o desempenho adequado dessas funções que são oferecidos pelo Estado.

De acordo com as estatísticas do Juizado da Infância e da Juventude, mesmo considerando-se que as informações ali registradas precisam de uma melhor classificação por categoria de ato infracional, por idade, gênero, nível de instrução, raça e cor da pele, registra-se o crescimento significativo das ocorrências dos crimes cometidos pelas crianças e adolescentes, principalmente nos últimos anos.

É evidente que, por trás de tais infrações, está a marginalização social desses jovens, que os leva à pobreza e, por vezes, à miséria absoluta em que vivem. Estão também as manifestações de suas insatisfações, descontentamentos, revoltas, tanto quanto a frustração de seus desejos, aspirações e sonhos e a necessidade de realizar seus desejos, mesmo que isto os conduza à prática da violência física. A tudo isso, associa-se a omissão do Estado e de parte da sociedade na reestruturação de suas condições socioeconômicas, através da prestação de serviços públicos e gratuitos em quantidade e qualidade que lhes permita uma vida digna.

Sem sombra de dúvida a violência e suas conseqüências deverão multiplicar ainda mais a questão da saúde pública e os problemas sociais e educacionais, se for considerado que no Brasil, a partir dos anos 90, os grupos etários entre 15 e 24 anos, dos mais atingidos pela violência, cresceram de forma excepcional como resultado da dinâmica populacional. De acordo com estimativas de Dellasoppa, Bercovich e Arriaga (1999, p.170)

[...] o grupo etário de 15-19 anos será muito maior do que nos anos precedentes. Isso significa acesso insuficiente aos recursos sociais, baixos níveis de instrução e qualificação para o trabalho, uma interrupção precoce da adolescência e, como vimos, um risco maior de sofrer uma morte violenta.

Esse crescimento tem como conseqüência a concentração dos jovens dos bairros populares das regiões metropolitanas (BERCOVICH; MADEIRA, 1990). E as perspectivas futuras são de agravamento das questões sociais e de saúde pública ali, hoje, já existentes. Esta estimativa tem repercussões em termos socioeconômicos e sobre o peso relativo da população jovem no potencial de tensão social, pela ausência de perspectivas sociais destes jovens num contexto de desigualdades sociais. E, ainda levanta questões relacionadas a diversos outros problemas da juventude, tais como o seu potencial de consumidores, a questão das drogas, das gangues, do uso de armas de fogo, dos jovens como perpetradores e como vítimas da violência.

Dellasoppa, Bercovich e Arriaga (1999, p.155) referem ainda que estudos demográficos recentes vêm apontando que, no Brasil, os indicadores para anos de vida perdidos e mortes violentas têm sido piores para os grupos etários mais jovens (15-24 anos e 25-29 anos) entre 1980 e 1991, um resultado consistente com as tendências internacionais e relacionado à estrutura das relações sociais no Brasil. Levantamentos realizados através de outras fontes confirmam as estatísticas oficiais e as projeções acima assinaladas, talvez lhes dando conotações mais acentuadas.

Os condicionantes da violência

A violência é representada socialmente, ou seja, é conhecida e reconhecida no senso comum a partir da relação do adolescente com um conjunto de fatores contextuais, circunstanciais ou constantes e pela forma como adolescente vivencia e se posiciona frente às influências que recebe num dado momento de sua exis-

⁵ Dados dos registros de ocorrências envolvendo escolas de Salvador foram obtidos junto ao Centro de Documentação e Estatística Policial da Polícia Civil da Bahia, Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia, por estagiários e bolsistas PIBIC, no já citado Projeto "Representação Social da Violência entre Estudantes de Salvador", FACED/UFBA.

tência. Há evidências de que o comportamento violento é uma função da relação do jovem com o seu meio (LEWIN, 1965, p.248), e que, sendo esta relação bipolar, a representação da violência é, portanto, decorrente de seu posicionamento nas situações vividas cotidianamente, um fenômeno psicossocial.

Pode-se, portanto, dizer que a representação da violência e o comportamento violento dos adolescentes são construídos e identificados tanto a partir das suas tendências psicológicas, como de suas vivências, assim como através de suas relações com seu contexto familiar, escolar e social mais amplo e das influências dos condicionantes socioeconômicos, políticos e ideológicos; além disso, a informação e formação também propiciada pelos meios de comunicação de massa, pela Internet, como as próprias transformações da adolescência, são fatores que também atuam na formação das representações da violência dos adolescentes e no aumento da violência entre eles.

As transformações da sociedade brasileira decorrentes dos redirecionamentos econômicos, políticos e sociais, a partir da redemocratização do país, na década de oitenta, e norteadas pelo neoliberalismo e pela globalização, nos últimos anos, criaram um novo contexto no qual se alteraram não só os cenários como as relações e perspectivas sociais que interferem no cotidiano da população.

Neste sentido, podem ser destacados os reflexos que aqui se fazem da internacionalização dos produtos, da globalização das finanças, das mudanças na divisão internacional do trabalho, da natureza do Estado, das migrações, dentre outras tantas mudanças que afetaram a cultura, a cidadania, a religião e até, de certa forma, a língua em nosso país (IANNI, 1996); e os processos migratórios intensos, principalmente no sentido campo/cidade, gerados pela dinâmica econômica de algumas cidades brasileiras, que elevaram consideravelmente tanto a densidade demográfica urbana, como o número de desempregados e subempregados das grandes cidades.

Entre as causas da violência, talvez a maior seja a desigualdade econômica e social, que

corresponde à desigualdade de forças e, por consequência, à violação dos direitos humanos. Embora cheia de controvérsias, em função dos dados empíricos disponíveis, a hipótese de que, nas raízes da violência, encontram-se “a pobreza, as oportunidades educacionais e econômicas inadequadas ou inexistentes, a instabilidade social e familiar e a freqüente exposição individual à violência como forma aceitável de resolver desavenças” ganha respaldo nos trabalhos de Reiss e Roth (1993 apud DELLASOPPA; BERCOVICH; ARRIAGA, 1999, p.166).

Nossa sociedade expressa desigualdades entre Estado e cidadão, patrões e empregados, homens e mulheres, integrados e excluídos, que se aglomeram em cidades. Essa sociedade urbana e industrial espelha a situação socioeconômica da população do Brasil, onde a violência aos direitos humanos torna suas cidades “inchadas e [formadas por] massas pobres, desorganizadas, pouco enraizadas e com valores conflitantes” (CARVALHO NETO, 1998, p.84).

A precariedade das condições de vida geradas pelo contexto socioeconômico em que vivem muitos dos soteropolitanos, sem sombra de dúvida, interfere em seu comportamento. A pauperização da população e as residências nas piores condições de habitação são retratadas por

[...] ruas sujas, casas e apartamentos amontoados, e principalmente pequenos e sem privacidade, meninos sendo obrigados a brincar nas ruas por falta de áreas de lazer, barulho de trânsito e dos aparelhos de som de bares vizinhos — tudo isto pode criar irritação e desencadear a violência” (CARVALHO NETO, 1998, p.85)

Há nestas regiões urbanas a ausência de saneamento básico, e limitadas são as condições de lazer. Os investimentos em serviços públicos são restritos, disso resultando a existência de poucas escolas, sendo estas de péssima qualidade de ensino, sem manutenção e sempre ameaçadas pelo vandalismo; os hospitais públicos estão distantes das residências e os postos de saúde são pouco estruturados para o atendimento das demandas da população. Seus moradores são desempregados e subempregados, e seus trabalhos localizam-se a grande distância de suas residências.

As periferias, áreas de maior concentração das misérias dos grandes centros urbanos, alcançaram, nos últimos anos, um significativo crescimento populacional. São elas áreas distantes, sem infra-estrutura, onde a pobreza se generaliza, e não há perspectivas de mobilidade e homogeneidade social. Nestas áreas que concentram a exclusão, há uma qualidade de vida abaixo das condições de sobrevivência digna, que favorece a violência, ainda que os excluídos sejam mais vitimados pela violência do que responsáveis por sua existência. Portanto, são esses pobres, como de resto todos os pobres, e especificamente dentre eles os jovens das periferias, as maiores vítimas da violência urbana.

Neste mesmo contexto de desigualdades sociais surgem características muito específicas da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, destacam-se as leis e justiça diferentes para ricos e pobres. Há impunidade tanto para os crimes políticos e econômicos mais elevados, como para o tráfico de drogas, o jogo do bicho e as chacinas. Mesmo que a sociedade civil pressione, reivindicando algum tipo de penalidade, a impunidade, sem sombra de dúvida, associa-se à fragilidade do sistema de justiça criminal que acaba por determinar uma baixa proporção de prisioneiros sentenciados por crimes contra a pessoa e a propriedade (ADORNO, 1992 apud DELLASOPPA; BERCOVICH; ARRIAGA, 1999, p.166).

De acordo com Carvalho Neto (1998, p.82). “o poder com pouco ou nenhum limite, que pode aplicar-se com pouca resistência ou custo, tende ao abuso”. Os oprimidos e violados têm pouco poder de retaliação, de “impor respeito” aos seus direitos, reivindicando-os numa sociedade historicamente de privilégios, clientelismos e repressão, hábil na criação, manutenção e manipulação de instrumentos e mecanismos de controle social.

A estes fatores associam-se ainda corrupção, que não existe apenas na polícia mas também no sistema judiciário e em quase todos os órgãos burocráticos, e, igualmente,

[...] o uso de força letal pela polícia, a emergência de cidades defensivas e de cidadãos defensivos, o vigilanteísmo, as chacinas e linchamentos, a “onda jovem” como mobilizadora da dinâmica demográfica e o papel da mídia como integradora de

âmbitos de significado” (DELLASOPPA; BERCOVICH; ARRIAGA, 1999, p.166).

Nestas áreas de risco, as chacinas e os homicídios, comuns nos fins de semana, são por vezes protagonizados por pessoas de bem, às vezes desempregadas, com fome e pressionadas socialmente, que se armam contra a violência e, por motivos fúteis, se envolvem em brigas de bar ou desentendimentos entre vizinhos; outras vezes, são espectadores ou atores de vinganças, de enfrentamentos de gangues e de quadrilhas, sendo que muitos morrem apenas porque, casualmente, estão presentes na hora e no lugar errados e tornam-se, assim, vítimas de balas perdidas ou são eliminados como queima de arquivos.

Nestas áreas urbanas, os pobres, os pouco instruídos, os pardos e os que têm entre 15 e 39 anos são as maiores vítimas da violência policial, dos justiceiros e das organizações de pistoleiros contratados por pequenos comerciantes e companhias de transporte público, que aplicam a força letal e constituem em verdade a força policial paralela que age no controle da criminalidade, matando ladrões ou outros grupos que perturbem a ordem, justificando suas ações face à existência de um sistema de justiça criminal corrupto, indigno de confiança, lento e injusto.

Por outro lado, a violência urbana agrava-se na medida em que a população parece ter cada vez mais acesso ao álcool, ao crack, ao êxtase e a outras drogas ilícitas nas grandes regiões do país, não sendo a Bahia uma exceção. O consumo das drogas cresce assustadoramente entre os 12 e 18 anos, em todas as camadas sociais, por vezes assumindo caráter endêmico. E não só o consumo de drogas atrai e envolve os jovens na contemporaneidade. O seu tráfico exerce sobre eles enorme atração, pelas possibilidades de ganhos fáceis que oportunizam condições de vida bem diversas da miséria em que vivem.

A partir dos anos 70, observa-se o agravamento da violência com o desenvolvimento do tráfico de drogas, que oportuniza lucros elevados tanto na própria negociação das drogas, como também no tráfico de armas e lavagem de dinheiro, todos gerenciados por organizações hoje de cará-

ter empresarial e de conexões importantes, nacionais e internacionais. Como comenta Adorno (1998, p.37):

[...] na contemporaneidade o crime organizado reaparece, agregando novas práticas às tradicionais ainda que guardem certa distância do modelo de organização das máfias italianas. [...] O narcotráfico compreende um conjunto diversificado de atividades e operações, o qual articula, no nível internacional, a produção (com todo o seu processo artesanal, semi-artesanal e industrial), a circulação, a distribuição e o consumo. Por intercambiar uma mercadoria proibida na maior parte das sociedades, o narcotráfico mobiliza toda uma economia subterrânea: distintos mecanismos de acumulação (que compreendem uma combinação de formas de assalariamento, semi-assalariamento, pagamento em espécie) geram uma renda da qual parte substantiva é apropriada na remuneração de atividades de suporte ou subsidiárias, como o abastecimento de armas, a manutenção de milícias locais particulares, o treinamento e formação de pistoleiros profissionais e, em especial a manutenção de uma rede de colaboradores destinada a facilitar o transporte da droga pelos mais variados meios, através das fronteiras entre países.

Este conjunto de fatores sociais e econômicos desagregadores da convivência social contribui de forma efetiva para a construção de representações sociais, nas quais a banalização da vida e a prática de toda sorte de violência parecem não comportar limites, porque os sistemas de valores sociais estão em crise, e os parâmetros coercitivos ou não são respeitados, ou perderam seus significados.

De outro lado, as mudanças na dinâmica das relações sociais e familiares, aí se incluindo o aumento do número de separações e divórcios nas últimas décadas, a entrada efetiva da mulher no mercado de trabalho, a conseqüente diminuição do tempo dedicado pelos pais aos filhos, as mudanças das orientações (maior liberdade) na educação dos filhos e, por extensão, nas relações afetivo-sociais provocaram, por sua vez, novos sentimentos e novos valores sociais (GUIMARÃES, 1996).

Do ponto de vista dos adolescentes, os adultos são vistos como contraditórios e seus valores tendem a deixar de ocupar lugares de referência para suas ações. Estes, por seu turno, podem contar ainda com um referencial já formado, ou não ter descartado o referencial de sua infância. Sur-

gem então os conflitos de valores e as incertezas, originando não só a instabilidade como a indeterminação frente às situações de vida. Acrescente-se ainda que, nas classes populares, o abandono e a violência familiares justificados pelo desemprego e pela miséria (BAPTISTA, 1996) aumentam os conflitos intrafamiliares e os contingentes de meninos “de rua” e “da rua” (OSTERNE apud BAPTISTA, 1996). Crescem nas famílias as relações conflitivas, as violências físicas, inclusive sexuais e, dentre elas, as incestuosas.

A desestruturação das famílias agrava significativamente as relações que ali deveriam estar se dando. Diálogo, compreensão, carinho e amor parecem estar se dissolvendo e tornando-se inócuos para construção de referências morais, de respeito e solidariedade pelo outro. Há também todo o comprometimento dos conhecimentos, que tradicionalmente eram transmitidos de pais para filhos, o que, por conseqüência, afeta toda sorte de construção das representações sociais, inclusive a da violência.

As grandes mudanças nas orientações familiares, inclusive a perda da autoridade, banalizaram os conflitos que hoje se manifestam por posicionamentos divergentes em relação à sexualidade, à afetividade, ao consumo e às atitudes frente aos outros e à vida, que criam situações de enfrentamentos e rupturas, de ausência de afeto, carinho e ternura em todas as classes sociais. Tudo parece ter se tornado possível no contexto familiar. Os filhos não podem ser contrariados e, assim, não criam resistências às frustrações, têm sempre que estar realizando tudo o que querem, não importando se usam e eliminam pessoas, inclusive, seus próprios pais, para conseguirem seus objetos de desejo. Os pais perderam seu significado como referência de vida social, e, sendo a família a base da sociedade, esta perda de significado se estende para os demais âmbitos da sociedade. De forma que também este contexto ressignifica a violência, transformando seu conceito, sua explicação e sua afirmação no cotidiano das pessoas e na sociedade contemporânea.

Estes conflitos, por vezes são extremamente tensos, e acabam em violências psicológicas e físicas. Os Centros de Defesa da Criança e do

Adolescente, os Conselhos Tutelares, o Juizado de Menores, O Fórum de Combate à Violência de Salvador têm muitos exemplos desses conflitos, de abusos e violências contra crianças e jovens. A partir do ano de 2002, a mídia noticia com freqüência a morte de pais planejada e executada por filhos, tanto nas classes populares, como na média e alta, felizmente ainda chocando grande parte da sociedade, que parece acordar para o excesso de liberdade dada aos jovens.

A tudo isto deve se agregar a desmotivação e alienação propiciadas pela desatualização e desestruturação das escolas, que estimulam o fracasso educacional, o despreparo para a vida e para o trabalho, destruindo perspectivas para inserção na vida adulta. A escola, notadamente a pública, onde estão os mais pobres da população de Salvador, pouco vem contribuindo para a formação dos adolescentes. De um lado, seu número de vagas é restrito em relação aos que estão entre os 10 e os 18 anos. Não há uma distribuição proporcional entre o número de escolas públicas e particulares, nem distribuição espacial das escolas que permita o acesso fácil à educação por parte de todas as camadas sociais, do que resulta que os mais pobres sempre são os mais excluídos do processo educacional (GOMES, 1997, p.342-378).

Há ainda uma restrição do ascenso escolar provocado tanto pelo fato de a maioria das escolas de Salvador vir a oferecer basicamente matrículas para as primeiras séries do Ensino Fundamental, do que decorre o abandono temporário ou definitivo da escola; como pela baixa qualidade de ensino oferecido, onde predominam conteúdos e metodologias que são adotados e transmitidos por uma maioria de professores, mal paga, de qualificação precária e sem os recursos didáticos necessários para o desempenho de suas atividades. Ao lado disso, as escolas estão promovendo automaticamente as crianças, sem que se dê a consolidação do repasse de conhecimentos.

Estudos recentes, especialmente o de Gomes (2002), realizados em cerca de 50 municípios de Salvador sobre as condições de escolaridade ali existentes, tanto na zona urbana, como na rural, para inserção de trabalhadores rurais assentados pelo INCRA, indicam não só estes fenômenos como sendo extremamente comuns, como agravados pela quase total substituição das classes regulares pelas classes de promoção automática, como as de Alfabetização, de Aceleração e de Fluxo Regulatório, instaladas em praticamente todas as escolas estaduais e municipais do Estado da Bahia.

Este tipo de ensino vem produzindo lacunas e descontinuidades de conhecimento, do que resultam os fenômenos de repetência e evasão, portanto, de exclusão escolar, que atinge um dos maiores índices do país. Tornaram-se, assim, comuns as classes que abrigam um contingente cada vez maior de despreparados, sem domínio de competências e habilidades mínimas para a inserção no mercado de trabalho e para o exercício pleno de sua cidadania. Isto à parte, a escola baiana resiste às mudanças permanecendo, como assinala Pretto, “centrada em velhos princípios que desconhecem a realidade dos alunos e do mundo que a circunda” (PRETTO, 1996, p.16).

Nas escolas, principalmente nas séries finais do Ensino Fundamental e Médio e independentemente da condição socioeconômica de sua clientela, os conflitos, as tensões e as agressões entre professores e alunos não são raros.⁶ Em muitas delas, notadamente nas localizadas nos bairros mais populares, e nos turnos vespertino e noturno, a indisciplina parece ser a tônica nas salas de aula, onde limites nem sempre podem ser colocados por professores, muitos deles sentindo-se ameaçados por represálias.

Estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) informa que, no Brasil, 4% dos estudantes vão à escola armados. O número de armas — brancas e de fogo — é, ao mesmo tempo, reflexo e uma das causas para o crescente

⁶ Conforme relato de estudantes das licenciaturas da Universidade Federal da Bahia, que cursam a disciplina Psicologia da Educação na Faculdade de Educação, e que são por mim orientados em atividades de observação direta de comportamentos de adolescentes em contextos escolares.

índice de violência nas escolas brasileiras. Gey Espinheira analisa:

[...] a arma carregada pelo estudante é, a princípio, um instrumento de autodefesa. A sociedade atualmente se organiza em gangues e galeras. O indivíduo, pertencente ou não a uma galera, se arma para defender-se de possíveis ataques desses grupos, que se encontram no interior das escolas ou em seu entorno. (4% dos estudantes..., 2002)

Neste espaço, motivos que parecem fúteis podem desencadear a violência: irritações e conflitos gerados por apelidos que desagradam, por críticas de um colega em relação a outro, por algum comentário feito numa hora errada, por discussões e perdas em jogos de futebol e gincanas escolares, ou por guerra de bolinhas de papel em sala de aula, por exemplo, chegam até a provocar homicídios. Brigas menores, concorrências entre alunos, reforçadas por exigências e repreensões dos professores e pais em relação aos estudos, provocam agressões verbais com desacetos, perseguições, carros arranhados, pneus furados, ameaças de estupro de professoras e alunas, que são hoje ocorrências comuns nas escolas. Há indicações do uso da coerção e da força dos próprios grupos de jovens, que gera a omissão por insegurança e medo. Há também a ausência ou a negligência das autoridades escolares e policiais nas proximidades, como no interior das escolas. Entre os alunos existem os pactos de silêncio.

As revelações feitas por professores e alunos sobre conflitos, brigas e guerras são acompanhadas de observações de uso de drogas (notadamente álcool, maconha e *crack*) dentro da própria escola, tanto por alunos como por alguns poucos professores, nos horários de aula. Estudantes e professores não transitam nas ruas por medo de agressões. O fenômeno da violência, mais comum nos cursos vespertino e noturno, ocorre em vários bairros de Salvador, em alguns dos quais já se anunciam os toques de recolher a partir das 18:00 horas. Em estudos realizados em Municípios do interior e na capital do Estado da Bahia, os pesquisadores da UFBA verificaram a presença de estudantes alcoolizados e drogados dentro das escolas e em suas imediações, nas praças públicas, sendo que numa de-

las o tráfico era realizado por quase crianças (GOMES, 2002).

Dessa forma, “Trabalhar em educação hoje é uma atividade de risco”, afirma representante da APLB-Sindicato (entidade de classe dos trabalhadores em educação da rede estadual). Os professores, além do risco de balas perdidas, passaram a ser ameaçados pelos alunos. “Uma quebra total de valores disciplinares”, comenta. Considera que a situação é gerada pelo desencontro entre a escola e a comunidade e também pela falta de vínculo entre professores, funcionários e estudantes: “Antigamente, cada escola recebia os estudantes da comunidade de seu entorno. Hoje, uma escola de Brotas recebe alunos de Pernambuco, Paripe e Periperi, por exemplo, o que acirra a rivalidade entre as galeras dos diferentes locais da cidade” (4% dos estudantes..., 2002). Os climas tensos das escolas se amplificam por outros espaços sociais dos alunos.

Outro fator de stress e violência é o fato de, em Salvador, ser comum encontrarem-se crianças e adolescentes de escolas públicas que conciliam trabalho e estudo, ou cedo abandonam seus estudos para se dedicar ao trabalho (GOMES, 1982). Sujeitas a longas jornadas de trabalho na rua, em bares e padarias (GOMES, 1987), estes jovens encontram pouco tempo para os estudos e poucas motivações para as jornadas escolares.

De fato, os fatores socioeconômicos agravam as condições de estudo dos adolescentes. Tendo que contribuir para o orçamento doméstico, muitas vezes para compor os gastos com alimentação, habitação e vestuário do grupo familiar, ou diante de limitados orçamentos domésticos que os impede de assumir os gastos com taxas escolares, transportes, livros e outros materiais escolares, muitos adolescentes vêm-se na contingência de ter que conciliar trabalho e estudo, sem o que têm que abandonar a escola. Alguns deles, depois do trabalho — seja no mercado formal ou no informal —, freqüentam a escola, com pouco ou praticamente nenhum tempo e estímulo para se dedicar aos estudos (BRASIL, 1994). Às vezes, por isso mesmo, para eles se torna mais fácil praticar um delito, ter um ganho fácil num assalto, traficar drogas.

Dessa forma, a escola não contribui para a reestruturação de conhecimentos. Está impotente frente ao fenômeno intra- e extra-escolar da violência e parece estar consolidando-o.

Sem sombra de dúvida, um outro conjunto de influências sobre o comportamento social é o exercido pelos meios de comunicação de massas. É o que demonstram as análises de Pacheco (1998, p.57):

Ao fazer uma análise dos estudos sobre criança e a televisão de 1985 a 1995, num total de 157 artigos, nota-se que a grande maioria deles são pesquisas realizadas sobre os possíveis efeitos da TV: 139 artigos (88%). Desses 139, 55 são sobre os efeitos das mensagens (violência, propaganda a consumo, socialização a estereótipos) e 42 sobre os efeitos do meio televisivo (efeitos no desenvolvimento, na saúde mental, na percepção, no deslocamento da leitura, no jogo ou na relação entre fantasia e realidade). Outros 26 são sobre a mediação dos pais a da família na ação de assistir TV, 8 são sobre atitudes e crenças, 7 sobre leis/políticas e controle, 14 sobre padrões de assistência e 5 sobre a TV como instrumento educativo.

Há ainda, no caso da televisão, a falta de sensibilidade na escolha de programas de auditório, filmes, e telejornais, a exploração e disseminação do sofrimento. É uma exposição constante à violência transmitida pelos meios de comunicação de massa, que, através das novelas e dos filmes, ecoa nos lares e nos grupos sociais, produzindo novos conflitos, catalisando tendências à criminalidade e, por vezes, até mesmo contribuindo para algumas tragédias (PAIM; COSTA, 1996). Sem sombra de dúvida, este tipo de exploração midiática banaliza a vida.

Carvalho Neto (1998, p.85) enfatiza com clareza os efeitos perversos e geradores de comportamentos de insatisfação, revolta e violência nos jovens decorrentes dos apelos ao consumo veiculados pela televisão, que não são analisados pelos pais junto a seus filhos, criando verdadeiras resistências à frustração de não obtenção do objeto de consumo, o que provoca às vezes a violência por um simples par de tênis nos pés de um colega de escola. O autor assinala que há:

O apelo ao aumento de consumo, a identificação da felicidade com “o consumir e gozar agora e já”, num país em que a grande maioria da população assiste televisão, mas não pode comprar a maioria dos produtos nela anunciados, nem praticar, sem provocar problemas e resistências, às vezes violentos, os comportamentos morais nela apresentados.

É importante citar, como outro exemplo, o papel da televisão enquanto forma simbólica de opressão e a responsabilidade da mídia em relação à democracia. Como assinala Bourdieu (1997),

É enorme a defasagem entre a imagem que os responsáveis pela mídia têm e dão a esta mídia e a verdade de sua ação e influência. É evidente que a mídia é, no conjunto, um fator de despolitização, de “descerebração”, que evidentemente age prioritariamente sobre as frações menos politizadas do público [...].

De fato, grande parte da população não pode fugir à influência dos meios de comunicação de massa, cuja abrangência em termos geográficos está bastante ampliada, e cuja incorporação ao cotidiano se deu de tal forma, que as mensagens superando os limites espaço-temporais se tornam disponíveis a muitas pessoas de forma rápida, em muitos e em diferentes lugares. Os meios de comunicação não só difundem como amplificam as mensagens, mas também permitem a expressão de muitos, quase cumprindo todo um processo de socialização das informações (KENSKI, 1994, p.27).

Nesse sentido, importa também destacar o papel atualmente exercido pela Internet, como meio de comunicação individual e coletiva e de informação e formação em redes infinitas de conhecimentos e conhecedores, navegantes do espaço e do tempo da pós-modernidade.

Mas os efeitos destas influências nem sempre repercutem positivamente. De um lado, porque as pessoas estão expostas a um conjunto de informações que nem sempre conseguem decodificar e incorporar a seus comportamentos. De outro, porque vêm ampliado o espectro de suas possibilidades de conhecimento e de escolha sem condições muitas vezes de fazer

estas escolhas, quer por suas condições psicológicas, quer por condicionantes socioeconômicos.

A mídia e a Internet, via de regra, não exercem, em nossa sociedade, as funções sociais que lhe estariam reservadas. Ao contrário, priorizam o incentivo ao consumo e exercem, sobre os jovens, influências que não só os tornam consumidores, como também os alienam da realidade em que vivem, por vezes transmitindo-lhes normas e ideologias do sistema socioeconômico e cultural que pretendem pre-conizar, tornando-se, portanto, instrumento do mundo dos adultos (ADAMO, 1985, p.11-50).

Deve-se enfatizar que tanto a mídia quanto a Internet estão contribuindo de forma positiva e também negativa para a construção das representações sociais. No caso negativo, elas, se não catalisam, podem incitar à violência através das mensagens que transmitem e que ressoam naqueles que já têm uma propensão a aceitá-la, em função de suas experiências de vida.

De fato, para se contrapor a todas estas influências seria preciso que todos tivessem a capacidade de discernimento fundamentada num processo educacional, familiar, escolar e social consistente, no acesso à cultura, a discussões, debates e reflexões críticas, o que, evidentemente, em nossa sociedade só ocorre em círculos muito restritos. Todas estas experiências vividas no cotidiano contribuem para a construção das representações da violência. Todos estes fatores que sobre eles interferem associam-se e parecem estar favorecendo o crescimento da violência na sociedade brasileira.

CONCLUSÕES

Não sendo um fenômeno recente nem localizado, nos últimos anos, a representação da violência no imaginário dos brasileiros refere-se à ameaça à integridade física, mais especificamente aos espancamentos, assaltos, assassinatos e seqüestros que ocorrem de forma cada vez mais forte, ampla e cotidiana nas grandes cidades.

Produzindo vítimas fatais e seqüelas fisi-

cas e psicológicas, a violência gera inseguranças e medos sociais para um contingente cada vez mais expressivo da população, independentemente de sua condição socioeconômica, do gênero e da faixa etária, do nível de instrução, da etnia/cor, pelo aumento das mortes violentas e dos anos de vida perdidos, por vezes muito precocemente.

A tensão social parece cada dia mais ganhar terreno no Brasil. O agravamento da violência neste cenário alterou hábitos e costumes do cotidiano de sua população. Famílias inteiras ficam reclusas em seus lares, restringindo o convívio social com parentes e amigos e abdicando de seus momentos de lazer nos parques, nas praias, nos cinemas, nos teatros, nos restaurantes ou em viagens. As pessoas evitam sair tarde ou muito cedo de suas casas, igualmente deixam de caminhar ou transitar por ruas mais desertas ou inseridas em regiões em que a violência é reconhecidamente mais forte.

Estudantes, professores e funcionários não se dirigem às suas escolas, nem saem delas sozinhos por medo de outros jovens, de suas gangues, de traficantes, da polícia. O mesmo fenômeno, que parece ocorrer com maior freqüência nos bairros populares, e tanto em escolas públicas como particulares, não deixa de existir, agora, também nos contextos de classe média; neste caso, além dos medos de outros jovens, existem os medos dos assaltos e seqüestros.

As casas, os apartamentos, as escolas parecem prisões, cercadas de grades por todos os lados. Os estabelecimentos comerciais e industriais, os prédios públicos, os museus, os teatros e cinemas resguardam-se com toda sorte de dispositivos de segurança, câmeras, alarmes. Uns e outros são monitorados por serviços de segurança particulares e públicos. Os carros usam vidros escuros e alarmes, e neles as pessoas não são mais vistas.

É um fato, portanto, que o aumento da violência nos grandes centros urbanos faz com que este fenômeno se constitua hoje não só um problema social, como também de segurança e de saúde pública. Seu impacto na saúde e bem-estar das populações é inegável. Acrescente-se

que a violência sempre deixa, em suas vítimas e em seus familiares, seqüelas físicas e psicológicas, que acarretam custos extremamente elevados para o Sistema Único de Saúde, quer pelos atendimentos de urgência e emergência, quer pelos longos períodos de internação nos hospitais, pelos tratamentos fisioterápicos e de reabilitação, pelas psicoterapias, quer, por fim, pelos gastos com exames clínicos e de imagem. Esses custos não são suportados por este sistema, em função dos baixos investimentos que vem recebendo nos últimos anos, e, muito menos, pelas vítimas e suas famílias, em função do empobrecimento da população brasileira e dos altos custos que representam estes atendimentos, mesmo para aqueles possuem planos de saúde privados.

Deve-se reconhecer e analisar de forma crítica as medidas simbólicas ou policiais de caráter repressivo e preventivo, que estão sendo tomadas para inibir e limitar os atos de violência. Esta busca deverá determinar os limites e possibilidades efetivas destas medidas na reestruturação da situação de violência atualmente vivenciada no Estado da Bahia.

A sociedade reclama e se organiza exigindo das autoridades mais segurança nos grandes centros urbanos. Manifestações pela paz são realizadas com o apoio de adultos, crianças, jovens e idosos, trabalhadores e desempregados, pessoas de todas as classes sociais sentem-se atin-

gidas, sentem-se temerosas e desenvolvem pânico em relação às situações cotidianas de violência.

Progressivamente, sugere-se, na atualidade, não mais intervenções para uma cultura da paz, mas o incentivo à cultura da não-violência, que é significativamente diferente enquanto processo formador de novas atitudes. Trata-se de uma resposta ampla e adequada à escalada da violência, que tem por base a concepção do homem como ser autônomo, num contexto de igualdades e de cidadania. Trata-se, igualmente, de um processo educacional em que a formação e a informação levem a comportamentos éticos e morais, à não aceitação da violência como prática de resolução de conflitos e à reflexão sistemática sobre a relação entre meios e fins, para que se possa alcançar o bem-estar pessoal e social e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Esta cultura da não-violência identifica-se com as organizações políticas democráticas, onde a descentralização do poder indica que a participação popular deve ser direcionada para conselhos de cidadãos organizados em todas as instâncias sociais, que respeitem os direitos individuais e coletivos, garantindo-se, assim, a justiça social, política e econômica. Enfim, uma sociedade em que a responsabilidade pudesse preponderar, onde as alteridades fossem respeitadas, onde iguais e diferentes pudessem viver juntos.

A banal view of life: its consequences and conditioning factors

Abstract

The article is divided into three parts besides the introduction. The first part analyses the data about violence as a Public Health problem from three different perspectives: deaths due to violence, violence against children and adolescents, and violence committed by the young people, themselves. The second part discusses the conditioning factors for violence considering the transformation of the Brazilian society as far as the deterioration of the socioeconomic conditions of the population is concerned, as well as the increase of social inequalities, the demographic growth in urban centers and the raise of social tension. This part takes into consideration the structural and dynamic familiar alteration, the lack of school structures, the influence of mass media and Internet on the construction of attitudes, habits and values as part of the routine of a large human contingent. It is also concerned with the raise of criminality, drug abuse, drugtrafficking and

its connection with judicial aspects The third part relates the conditioning factors to the people daily experiences in which life is viewed into a banal perspective. The author ends up presenting her own suggestions and conclusions

Keywords: *Violence Practices Conditioning factors*

REFERÊNCIAS

- 4% dos estudantes vão armados à escola. **A Tarde**, Salvador, 09 maio 2002.
- ADAMO, F. et al. **Juventude, trabalho, saúde e educação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.
- ADORNO Sergio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BABIN, P.; KOULOUMDJIAN, M. F. **Os novos modos de compreender**: a geração do audiovisual e do computador. São Paulo: Paulinas, 1989.
- BAHIA: suas crianças e adolescentes: o que está acontecendo? Salvador: CBIA: UNICEF, 1991.
- BAHIA. Secretaria da Saúde. Diretoria de Informações e Comunicações de Saúde. **Tabulações especiais**: informações de mortes por causas externas. Salvador, 2004.
- BAPTISTA, D. M. T. Redes sociais: tática das famílias frente à exclusão. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.14-20, 1996.
- BARBOSA, H. Criança e adolescente: direitos e deveres. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.117-122, 1996.
- BARRETO, W. S.; TEIXEIRA, A. Profissionalização para a cidadania: uma experiência com grupos culturais negros de Salvador. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.110-116, 1996.
- BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABEP, [1990?]. v.2, p.571-594.
- BOBBIO, N., MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12.ed. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BOURDIEU contra a TV. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 out. 1997. Prosa & Verso, p.1.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Os jovens e o mercado de trabalho**: experiência de convênio em Salvador. Salvador, 1994.
- CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, F. G. O trabalho infante-juvenil na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6., n.1, p.36-45, 1996.
- CARVALHO NETO, Joviniano. Um olhar sobre raízes da violência no Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.176, p.81-86, jul./ago. 1998.
- COUTO, V. A. A sagrada família. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.21-28, 1996.
- DELLASOPPA, E.; BERCOVICH, A. M.; ARRIAGA, E. Violence, civil rights and demography in Brazil in the 1980s: the case of the metropolitan area of Rio de Janeiro. **R. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.14, n.39, p.155-176, fev. 1999.
- ESPINHEIRA, G. Adolescência, drogas e AIDS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.71-75, 1996.

- FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua**. crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREITAS, E. D. et al. Evolução e distribuição espacial da mortalidade por causas externas em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.4, p.1059-1070, out./dez. 2000.
- GOMES, C. B.** Diagnósticos educacionais para elaboração de planos de desenvolvimento sustentável no Estado da Bahia: **relatórios de pesquisa. Salvador, 2002. Projeto PDSA, convênio INCRA/FAPEX, 2000.**
- GOMES, C. B. **Etat et participation populaire**. relations de pouvoir, construction et reconstruction de politiques d'éducation au Brésil. 1997. Tese (Doutorado) - Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, Paris, 1997.
- GOMES, C. B. O fracasso na alfabetização: incapacidade ou incompetência de quem? **Estudos IAT**, Salvador, v.1, n.1, p.9-27, 1987.
- GOMES, C. B. A representação da escola por trabalhadores da cidade de Salvador. **Ande**, São Paulo, v.1, n.5, p.43-51, 1982.
- GONZALEZ, M. V. E. Jovem: uma categoria social em extinção. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.76-80, 1996.
- GREENFIELD, P. M. **O desenvolvimento do raciocínio na era da eletrônica**. os efeitos da TV, computadores e videogames. São Paulo: Summus, 1988.
- GUIMARÃES, I. B. Perspectivas sociológicas da família. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.5-13, 1996.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KENSKI, V. M. BBs e pesquisa: possibilidades e limites. **Atrator Estranho**, São Paulo, n.6, p.27-31, 1994.
- KNOBEL, M. **O adolescente**. perdido entre mercadores de ilusões. Rio de Janeiro: Gradiva, 1982.
- KNOBEL, M.; PRESTRELLO, D.; UCHÔA, D. M. **A adolescência e a família atual**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1981.
- LEITE, L. S. As tecnologias da educação e da comunicação e o cotidiano do ensinar e do aprender. **Ande**, São Paulo, v.13, n.20, p.51-55, 1994.
- LEVISKY, D. L. **Adolescência pelos caminhos da violência**. a psicanálise na prática social. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- LEWIN, K. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira, 1965.
- MACEDO, A. C. et. al. Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, out/dez. 1998.
- MAFFESOLI, K. **A transfiguração do político**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MARCONDES FILHO, C. **Sociedade tecnológica**. São Paulo: Scipione, 1995.
- MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, p.1-18, 1994. Suplemento 1.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência?: reflexões a partir do campo da saúde pública: colocação inicial do debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.7-23, 1999.
- OLIVEIRA, N.; RIBEIRO, L. M. S.; ZANETTI, J. C. (Org.). **A outra face da moeda**. violência na Bahia. Salvador: Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- PACHECO, E. D. (Org.) **Televisão, criança, imaginário e educação**. dilemas e diálogos. Campinas: Papyrus, 1998.
- PAIM, J. S.; COSTA, M. C. N. Mortes violentas em crianças e adolescentes de Salvador. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.6, n.1, p.59-67, 1996.

- PALMEIRA, M. J.; LECHNER, F. As mutações sociais e as políticas públicas. ***Bahia Análise & Dados***, Salvador, v.6, n.1, p.81-85, 1996.
- PAVAN, R. Implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente na Bahia. ***Bahia Análise & Dados***, Salvador, v.6, n.1, p.86-89, 1996.
- PENTEADO, H. D. ***A televisão e os adolescentes***. a sedução dos inocentes. São Paulo: EDUSP, 1983.
- PENTEADO, H. D. ***Televisão e Escola***. São Paulo: Cortez, 1986.
- PIMENTA, R.; GUERREIRO, A. M. A situação das crianças e adolescentes na Bahia. ***Bahia Análise & Dados***, Salvador, v.6, n.1, p.29-35, 1996.
- POSTMAN, N. ***Tecnopólio***: a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.
- PRETTO, N. de L. ***Uma escola sem/com futuro***: educação e multimídia. Campinas: Papyrus, 1996.
- O RASTRO da violência em Salvador: mortes violentas de residentes em Salvador, 1997***. Forum Comunitário de Combate à Violência, Salvador, 1998.
- O RASTRO da violência em Salvador: mortes violentas de residentes em Salvador, 1998 a 2001***. Forum Comunitário de Combate à Violência, Salvador, 2002.
- ROCHA, E. A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo***. Rio de Janeiro: Mauá, 1995.
- SAMPAIO, Inês Silvia. ***Televisão, publicidade e infância***. São Paulo: Annablume, 1996.
- SANTOS, J. V. T. (Org.) ***Violência em tempo de globalização***. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, S. de O. ***O escolar e a televisão***. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1997.
- STEINBERG, C. S.; CAJADO, O. M. ***Meios de comunicação de massa***. São Paulo: Cultrix, 1972.